



re.
OCU
par



guia para
intervenções em
loteamentos
irregulares



por bruna perotto



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Escola Politécnica e de Artes
Curso De Arquitetura e Urbanismo

Bruna Do Carmo Perotto

re.ocupar



guia para intervenções em
loteamentos irregulares

Caderno Teórico apresentado à disciplina
Trabalho de Conclusão de Curso do curso de
Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás sob orientação da
prof.^a ms.^a Camilla Pompeo de Camargo e Silva

Goiânia

2023

AGRADECIMENTOS



Agradeço aos meus **pais** pelo apoio durante a graduação, a minha **irmã** que sempre acreditou no meu potencial e a minha **tia avó e arquiteta Ilza Vitória** que sempre me inspirou na jornada da arquitetura e do urbanismo.

Aos **amigos** que me apoiaram e ajudaram a persistir, a minha **orientadora Camilla** e a todos os **professores** da PUC-Goiás que passaram pela minha formação, obrigada por todo acolhimento e auxílio.

E ao **Urbanismo**, obrigada pelo sentido que deu a minha vida.

“O que mais atrai as
pessoas, aparentemente,
são outras pessoas.”

William H. Whyte

RESUMO



Introdução: O trabalho busca consolidar a base teórica referente à temática do Planejamento Urbano e ao tema guia urbano para fundamentar a estruturação de uma ferramenta para profissionais e gestores na gestão urbana, com foco em assentamentos precários do tipo loteamento irregular. **Objetivos:** discutir como o preconceito e a segregação se expressam não só como limites sociais, mas como limites invisíveis nos tecidos urbanos das cidades contemporâneas. Identificar estratégias urbanísticas, arquitetônicas, políticas e socioculturais capazes de transcender a carência estrutural e fornecer orientações práticas para intervenções em loteamentos irregulares. **Método:** Conceituação do espaço urbano, do direito à cidade e dos limites invisíveis a serem discutidos. Discussão sobre os agentes que mantêm e transformam o ambiente urbano; estudo de caso de plano de bairro, infraestrutura urbana e projeto urbanístico; explicação sobre a metodologia de levantamento e diagnóstico do local de intervenção; e definição de eixos, diretrizes e ações de intervenção para loteamentos irregulares. **Resultados:** Reflexões sobre os limites visíveis e invisíveis da sociedade e das cidades contemporâneas. Elaboração de estudos de caso, identificação de estratégias eficazes e compreensão das dinâmicas sociais, políticas e urbanas que as envolvem. **Conclusão:** O guia "re.ocupar" é uma ferramenta de planejamento urbano cujo intuito é fornecer orientações para a tomada de decisões de gestores públicos e profissionais envolvidos na gestão urbana, contribuindo para cidades mais inclusivas e sustentáveis.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Loteamento irregular. Guia urbano. Direito à cidade.

ABSTRACT



Introduction: This work aims to consolidate the theoretical foundation related to Urban Planning and the urban guide theme to support the development of a tool for professionals and urban managers, focusing on precarious settlements of the irregular land subdivision type. **Objectives:** To discuss how prejudice and segregation manifest not only as social boundaries but also as invisible limits in the urban fabric of contemporary cities. To identify urban, architectural, political, and sociocultural strategies capable of transcending structural deficiencies and providing practical guidance for interventions in irregular land subdivisions. **Method:** Conceptualization of urban space, the right to the city, and the invisible limits to be discussed. Discussion of the agents that maintain and transform the urban environment; case study of neighborhood planning, urban infrastructure, and urban design; explanation of the methodology for surveying and diagnosing the intervention site; and definition of axes, guidelines, and intervention actions for irregular land subdivisions. **Results:** Reflections on the visible and invisible boundaries of society and contemporary cities. Development of case studies, identification of effective strategies, and understanding of the social, political, and urban dynamics involved. **Conclusion:** The "re.ocupar" guide is an urban planning tool aimed at providing guidance for decision-making by public managers and professionals involved in urban management, contributing to more inclusive and sustainable cities.

Keywords: Urban planning. Irregular land subdivision. Urban guide. Urban rights.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
Temática	10
Tema	11
Justificativa e Objetivos	13
REFLEXÕES URBANAS	15
Margens urbanas: limites visíveis e invisíveis	16
Tecido urbano: manutenção e transformação	19
Dados: Infraestrutura Urbana E Déficit Habitacional	21
Assentamentos precários, políticas urbanas e a	23
legislação brasileira	
ESTUDOS	27
Estudo 01: Plano de Bairro	28
Estudo 02: Infraestrutura urbana	31
Estudo 03: Projeto de Recuperação Urbana	33
O GUIA	37
Capítulo 01: Apresentação	38
Capítulo 02: Ensinar	38
Capítulo 03: Identificar	41
Capítulo 04: Transformar	47
MEMORIAL JUSTIFICATIVO	49
REFERÊNCIAS	53

APRESENTAÇÃO



A partir de uma vivência pessoal em uma ocupação no município de Aparecida de Goiânia, Goiás, e com base no contexto de precariedade e desassistência pública identificado no tecido urbano de várias cidades brasileiras, tem-se a elaboração de um guia urbano para intervenção em assentamentos precários. O trabalho se desenvolve, dentre outros procedimentos metodológicos, da consolidação de uma base teórica-conceitual e da descrição da forma metodológica de se estudar um assentamento precário que demanda intervenções urbanas. O guia urbano constitui um instrumento do planejamento territorial e auxiliará a gestão pública e os profissionais da área do planejamento na elaboração de intervenções urbanísticas e planos de bairros para assentamentos precários.

Intitulado, então, **“Re.ocupar - Guia urbano para intervenção em loteamentos irregulares”**, o trabalho busca estruturar eixos de intervenção urbana de forma a garantir o direito à moradia e à cidade, reestabelecendo e reafirmando a importância de estudos detalhados acerca da segregação urbana e da infraestrutura urbana.

Planejamento urbano se trata da disciplina capaz de diagnosticar e propor soluções para os problemas e desafios do desenvolvimento urbano por meio da atuação de diversos profissionais (urbanistas, arquitetos, engenheiros, geógrafos, cientistas sociais, historiadores, biólogos, dentre outros).

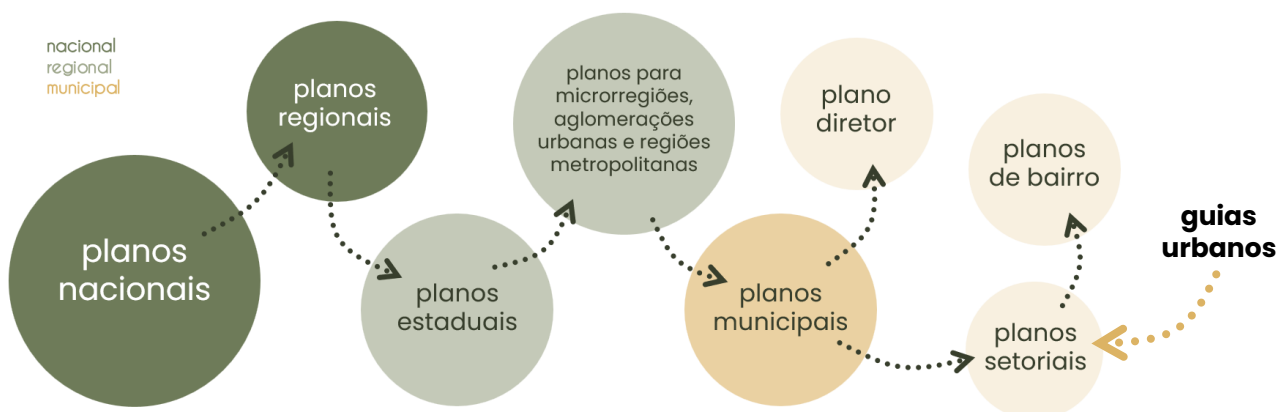
Associada a ele, tem-se a gestão territorial realizada por uma equipe técnica multidisciplinar responsável pela solicitação e implementação do planejamento urbano. Vale ressaltar que a gestão territorial trata-se de uma responsabilidade pública e, portanto, cabe aos governantes a resolução de problemas urbanos a curto, médio e longo prazo. Segundo o Estatuto da Cidade, são instrumentos de planejamento territorial:

1. Planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento socioeconômico;
2. Planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;
3. Planejamento municipal (plano diretor e planos setoriais).

Referentes ao Plano Diretor, tem-se os planos de Habitação, de Saneamento Básico, de Resíduos Sólidos e de Mobilidade Urbana.

O Guia para intervenções em assentamentos precários objetiva auxiliar a elaboração de propostas de intervenções para assentamentos precários, portanto se trata de um instrumento que auxilia planos setoriais da esfera municipal de gestão pública. Caracteriza-se pelo estudo do local e pelo desenvolvimento de diretrizes de planejamento, projeto e intervenção urbana nos subsistemas que compõem a infraestrutura urbana¹.

Figura 01 - Planos de Gestão Territorial



Fonte: elaborado pela autora - 2023

A partir de uma vivência pessoal na ocupação Alto da Boa Vista, Aparecida de Goiânia, Goiás, o recorte temático do planejamento urbano se fez extremamente pertinente no que diz respeito à compreensão dos mecanismos e processos sociais, urbanos e políticos responsáveis pela consolidação de espaços precários como esse bairro. Ao se identificar bairros cuja gestão pública é ausente, como a comunidade Alto da Boa Vista, é de fundamental importância analisar o planejamento territorial do respectivo município a fim de não só compreender os diversos agentes urbanos responsáveis pelos cenários de irregularidade e de risco, mas também de se estabelecer estratégias de resolução dos problemas urbanos conforme as necessidades locais. Essa análise permite o entendimento sobre quanto as cidades brasileiras se aproximam (ou se distanciam) dos cenários previstos nas Leis brasileiras e nos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Figura 02 –Alto da Boa Vista, Aparecida de Goiânia, Goiás



Fonte: Gustavo Burns e manipulação pela autora, 2023.

A revisão da história urbana brasileira permite diversos entendimentos acerca da espontaneidade do surgimento de núcleos urbanos. E essa origem múltipla e diversa, mas comum às cidades oriundas do processo colonizador, reflete na morfologia das cidades atuais e, com as transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram com a emergência do capitalismo ao longo do tempo, as escalas de expressão da segregação urbana também se mantiveram múltiplas e diversas.

A emancipação das colônias e o desenvolvimento do capitalismo são pontos relevantes analisados por Raquel Rolnik (1995). Para a autora, a disseminação do trabalho assalariado impulsionou o movimento de segregação na medida em que o salário se torna elemento essencial para a manutenção da relação “patrão-empregado”, enquanto na relação “senhor-escravo” a convivência (e, portanto, a proximidade espacial) era importante. É interessante observar que a segregação passa a se impor a nível da constituição de territórios separados para cada grupo social e é sob seu desenvolvimento que se reorganiza o espaço de moradia.

Nesse mesmo contexto capitalista, Rolnik aponta para uma redefinição de noção do espaço privado e o público, na qual o espaço público, para a burguesia, deixa de ser a rua e passa a ser um espaço íntimo da própria edificação. “Casa” e “rua” passam a representar cenários opostos onde “a rua é a terra-de-ninguém perigosa que mistura classes, sexos, idades, funções, posições na hierarquia; a casa é território íntimo e exclusivo”. Com esse encadeamento, a cidade consolida um processo de divisão/segregação tendo em vista a privatização da vida burguesa e o contraste existente entre este território do patrão, ou seja, do poder e do dinheiro, e o território popular.

Figura 02 – Relação privado x público

Fonte: elaborada pela autora - 2023.



Nesse sentido, a lógica capitalista, então, se torna um parâmetro essencial para a condução de políticas de ocupação da cidade e o raciocínio de Raquel Rolnik fundamenta a ideia de que a segregação tem um viés político e de conflito: a luta pelo espaço urbano. Partindo desse raciocínio, a disciplina de planejamento urbano consolida-se como ferramenta de transformação e o plano de bairro se mostra como um importante instrumento de ação na escala do município.

¹Subsistema viário, energético, de abastecimento de água, de drenagem pluvial, de esgoto sanitário e de comunicações.

²Constituição de 1988 e Estatuto da Cidade.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Sob o panorama de fronteiras visíveis e invisíveis no espaço urbano contemporâneo, estabelece-se e reafirma-se a importância da realização do estudo detalhado acerca da segregação urbana e da infraestrutura urbana para assentamentos irregulares e de risco.

Neste trabalho, a tipologia de lugar estudado - assentamentos precários - apresenta várias formas de uma vida indigna e escancara na precariedade urbana as justificativas que fundamentam a relevância da elaboração de um guia para intervenção em assentamentos precários.

Figura 03 – Cenários da precariedade no Brasil



Fonte: elaborada pela autora, 2023.

Com isso, o trabalho se estrutura inicialmente a partir da discussão de como o preconceito e a segregação se expressam não só como limites sociais, mas como limites invisíveis nos tecidos urbanos das cidades contemporâneas. A partir disso, busca-se a identificação de estratégias urbanísticas, arquitetônicas, políticas e socioculturais capazes de transcender a forma atual de garantir o direito à moradia e à cidade.

O guia urbano se apresenta como uma resposta às necessidades dos bairros precários, oferecendo orientações para gestores públicos e profissionais de urbanismo. Seu propósito é capacitar esses agentes a examinarem esses assentamentos de maneira abrangente, compreendendo suas particularidades e adquirindo as informações essenciais para intervir de forma eficaz e humanizada.

Introduzindo uma metodologia de leitura urbana e diretrizes para ações que levam em consideração as necessidades e aspirações das comunidades, o guia contribui para a formulação de projetos de intervenção urbana e de planos de bairros com soluções mais eficientes e positivas ao contexto dos assentamentos precários.

REFLEXÕES URBANAS

Sendo estabelecidos temática e tema, identificam-se reflexões acerca destes. Dessa forma, sob o contexto de precariedade e desassistência pública no tecido urbano de várias cidades brasileiras, tem-se neste momento do trabalho a discussão teórica-conceitual a respeito da segregação urbana e dos agentes urbanos responsáveis pela manutenção e transformação das cidades.

Nesse sentido, fundamenta-se a relevância de se conhecer, entender e transcender/superar os limites sociais-urbanos decorrentes da segregação e fundamenta-se a discussão sobre como se garante e se exerce cidadania através do urbanismo e do planejamento urbano.

MARGENS URBANAS: LIMITES VISÍVEIS E INVISÍVEIS

Os contextos de desenvolvimento urbano das cidades latino-americanas são múltiplos e derivam de processos e mudanças históricos, antropológicos, sociológicos e culturais. Por essa razão, e tendo em vista a ampla dimensão territorial em estudo, entende-se que seria inexato e inapropriado defender qualquer homogeneidade no tecido urbano de espaços tão distintos.

Dessa forma, a análise das dinâmicas espaciais de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Cidade do México, Buenos Aires, Medellin, dentre outras, permite compreender os sintomas decorrentes de processos sociais, políticos, naturais e econômicos apresentados em cada forma de desenvolvimento urbano.

Figura 04 – Favelas na América Latina



Fonte: elaborada pela autora - 2023

Esses sintomas constituem limites urbanos e apresentam um papel importante de ordenação espaço, afinal, determinados grupos de pessoas ocupam e usam o espaço de formas distintas, caracterizando divisões. No entanto, os fatores socioeconômicos e políticos responsáveis por determinar a ocupação e o uso podem também restringir e segregar a existência humana em sociedade.

De forma geral, pode-se dizer que no tecido urbano existem, segundo Raquel Rolnik (1995) separações de cada grupo social, separações das funções morar e trabalhar e a segregação frente à da desigualdade de tratamento por parte das administrações locais.

Como aponta Abarca (2020), é possível traçar para as várias camadas de segregação uma origem comum. Para a autora, a segregação na América Latina pode ser entendida a partir de uma lógica “hereditária” na qual, historicamente, as interações étnicas conduziram a fragmentação do espaço. Abarca (2020) cita Gomes (2010) como referência para o entendimento de que o território apresenta um caráter dual de inclusão/exclusão, submissão/subversão, valorização e desvalorização. Para esse autor, são essas dualidades as responsáveis pelo surgimento de tensões capazes de criar, mitigar ou dilatar limites e regras e valores que coordenam o espaço dentro de cada contexto social

Figura 05: Densidades Urbanas e Contrastes



Fonte: elaborada pela autora - 2023

No segundo capítulo do livro “O que é a cidade”, Raquel Rolnik (1995) retoma a “emergência de um poder urbano, autoridade político-administrativa encarregada da gestão” pública. Conforme a autora, para se entender hoje a presença do Estado na cidade, é preciso elucidar o vínculo entre a emergência do capitalismo e as transformações sociais, econômicas e políticas. Numa via de mão dupla, o espaço urbano se torna atrativo e campo de investimento ao mesmo tempo que o poder urbano emerge do desenvolvimento de políticas que sustentam o grupo social ligado à acumulação de capital, (Rolnik, 1995). Esse mecanismo de desenvolvimento (ou melhor, empreendimento) urbano torna emergente a elaboração de planos de gestão que, atualmente, se desdobram na prática do planejamento urbano.

Como norteadora e referência no que se entende por direitos humanos, a Organização das Nações Unidas elencou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no que se chama Agenda 2030, um plano de ação desenvolvido para a prosperidade das pessoas e do planeta.

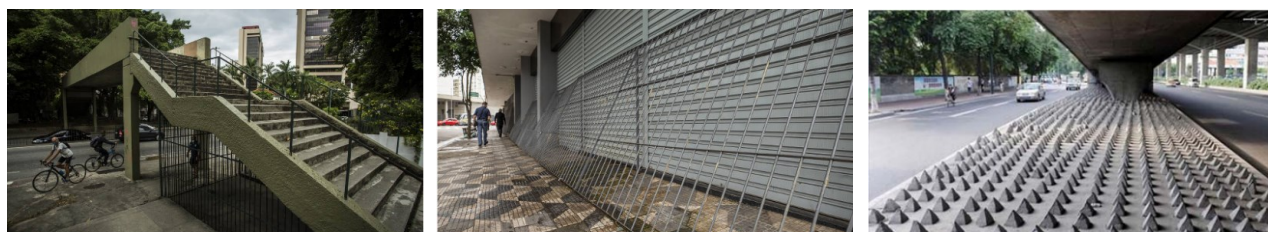
Figura 06: Diagrama dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: elaborada pela autora - 2023

Esses itens relacionam com os limites invisíveis das cidades justamente por se tratarem de metas que buscam mitigar questões referentes ao racismo, à LGBTQIA+Fobia, à xenofobia, à elitização, à obsolescência de espaços públicos e à aplicação da arquitetura hostil frente à desigualdade social. Assim, fica claro que eixos de desenvolvimento humano, econômico, político, hidrossanitário, ambiental etc. dizem respeito às diversas atividades humanas que impactam o planeta e a sociedade, ou seja, dizem respeito à forma ocupar e, sobretudo, gerir o espaço urbano.

Figura 26: Arquitetura hostil



Fonte: elaborada pela autora - 2023

Discorrendo sobre as formas de segregação no meio urbano, Raquel Rolnik em "O que é a cidade" (1995) evidencia os muros visíveis e invisíveis que caracterizam os diversos usos e espaços da cidade. Com a frase "É como se a cidade fosse marcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores.", Rolnik (1995) aponta que alguns limites são necessários para manutenção da ordem, outros são desnecessários tendo em vista a opressão e segregação injusta dos indivíduos. O zoneamento de um polo industrial é pertinente para o crescimento urbano e econômico das cidades. Já a consolidação de favelas ou criação de bairros de habitação popular distantes dos centros ativos são inaceitáveis num desenvolvimento urbano que almeja sustentabilidade ou justiça social.

Dessa forma, o contexto de precariedade e desassistência pública no tecido urbano de várias cidades brasileiras, fundamenta a relevância de se conhecer, entender e transcender/superar os limites sociais-urbanos decorrentes da segregação. Além disso, esse cenário reforça a necessidade da discussão sobre como se garante e se exerce cidadania através do urbanismo e do planejamento urbano.

O panorama de desenvolvimento das grandes cidades latino-americanas e de seus respectivos países, associado aos parâmetros de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas e ao que se entende por espaço urbano e direito à cidade, compõe um cenário urbano de déficits no qual a segregação e preconceito são limites sociais expressos na materialidade do meio urbano. Racismo, LGBTQIA+Fobia, xenofobia, elitização, obsolescência de espaços públicos e a aplicação da arquitetura hostil são problemáticas contemporâneas das cidades latino-americanas que, oriundas de um processo colonizador e pertencentes ao “terceiro mundo”, apresentam similaridades nas precariedades urbanas e problemáticas sociais.

TECIDO URBANO: MANUTENÇÃO E TRANSFORMAÇÃO ●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●

No livro *O Espaço Urbano*, Roberto Lobato Corrêa constrói o entendimento de que o espaço urbano é um construto social e geográfico resultante das interações humanas e das dinâmicas socioespaciais que ocorrem nas cidades. Nesse raciocínio, espaço urbano se consolida como um produto socialmente construído, onde as relações sociais, políticas, econômicas e culturais se manifestam e se materializam no ambiente tecido urbano.

Figura 07: Ações de despejo e os diferentes atores sociais

Mulheres vítimas de violência que ocuparam prédio de escola abandonado temem ação de despejo em Belém

Segundo Movimento de Mulheres Olga Benário, espaço estava abandonado há sete anos e foi ocupado para criação do abrigo Rayana Alves, em agosto de 2022. Reintegração pode acontecer a qualquer momento.

Justiça suspende ação de despejo contra indígenas em terreno da prefeitura de Igarassu

As 60 famílias ocuparam local após receberem orientação espiritual. Tribunal de Justiça acatou um pedido da Defensoria Pública, até julgamento de recurso.

Famílias que vivem há 25 anos em ocupação recebem ordem de despejo em Passo Fundo

Prefeitura tenta negociar a compra da área, mas não chegou a um acordo de valores com o proprietário

Ações de despejo são criticadas em audiência pública na CLDF

Distritais cobram do GDF política pública de moradia e criticam ações de despejo

Ocupação Tiradentes 2: última fronteira entre a vida, o lixo e o lucro

Hoje, 64 famílias enfrentam ação de reintegração de posse movida pelo aterro sanitário da empresa Essencis

Ocupação que abriga mulheres e pessoas LGBTQIAP+ é alvo de ação do Batalhão de Choque da Brigada Militar

Vinte pessoas ficaram feridas e duas foram detidas na ação desta quinta-feira (19) na Cidade Baixa em Porto Alegre

Governo do Distrito Federal ordena despejo de 300 famílias em Santa Maria

Até o momento, mais de 200 barracos foram derrubados; famílias estão desabrigadas

Fonte: elaborada pela autora – 2023

Ao argumentar que o espaço urbano é produzido coletivamente por diferentes atores e grupos sociais, Corrêa destaca que esse processo não se restringe apenas aos profissionais e especialistas envolvidos no planejamento e na arquitetura, mas também envolve a participação e as práticas cotidianas dos diversos segmentos da sociedade. Isso inclui os moradores, comerciantes, empreendedores, movimentos sociais, entre outros. Assim, o autor ressalta a importância de reconhecer e valorizar a multiplicidade de agentes produtores do espaço urbano, enfatizando que suas ações e decisões têm impactos diretos na configuração e transformação das cidades.

Dessa forma, a compreensão do espaço urbano como resultado de processos sociais, políticos, econômicos e culturais complexos, e a valorização das práticas e saberes locais são fundamentais para uma abordagem mais democrática, inclusiva e sustentável do espaço urbano.

Analisando a gestão territorial urbana, Corrêa aborda a relação entre Estado, Sociedade e Equipe Técnica e o processo de transformação urbana, destacando seus papéis e responsabilidades na busca por cidades mais justas e sustentáveis.

Figura 08 – Agentes transformadores do tecido urbano



Fonte: elaborada pela autora - 2023

O Estado é o responsável pela formulação e implementação de políticas públicas urbanas e, expresso através ação dos governantes nas escalas federal, estadual e municipal, tem importante papel na promoção do planejamento urbano, na regulação do uso do solo, na provisão de infraestruturas e serviços públicos, na proteção do patrimônio cultural e ambiental, entre outros aspectos. O Estado, nesse sentido, deve agir como um agente facilitador, promovendo o bem-estar da sociedade e garantindo o acesso equitativo aos recursos urbanos.

Os profissionais Arquitetos-Urbanistas fazem parte das equipes técnicas que também são apontadas como agentes transformadores. Corrêa destaca a responsabilidade desses profissionais na concepção e planejamento de espaços urbanos, levando em consideração aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais. Eles devem atuar de forma crítica e propositiva, contribuindo, junto a profissionais de outras disciplinas, para a promoção de projetos e intervenções que valorizem a qualidade de vida, a diversidade, a acessibilidade e a sustentabilidade nas cidades.

A Sociedade, por fim, desempenha um papel significativo na transformação das problemáticas urbanas, dada a importância da participação cidadã, da mobilização social e do engajamento dos diversos atores urbanos na defesa de direitos e na formulação de propostas para a gestão urbana. A sociedade civil organizada pode pressionar por mudanças, exigir transparência, inclusão social e ambiental, e contribuir para a construção de cidades mais democráticas e igualitárias.

Em resumo, Corrêa argumenta que o Estado, a Sociedade e os profissionais Arquitetos-Urbanistas são agentes complementares e interdependentes na transformação das problemáticas urbanas, descrevendo o espaço urbano como fragmentado e articulado, reflexo e condição social, e campo simbólico e de lutas, reforçando que essa interdependência entre os agentes urbanos é essencial para enfrentar os desafios urbanos de forma abrangente e eficaz.

DADOS: INFRAESTRUTURA URBANA E DÉFICIT HABITACIONAL

No cenário urbano do Brasil, a análise de dados relacionados à infraestrutura e ao déficit habitacional proporciona uma visão abrangente dos desafios e oportunidades nas áreas urbanas do país. Por um lado, existe a previsão legal, expressa na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade, que determina a necessidade de infraestrutura urbana e habitação adequada. Por outro lado, a realidade apresenta assentamentos precários e um déficit habitacional que evidenciam a disparidade entre o ideal normativo e a vida prática, com uma demanda crescente por moradias e acesso a serviços básicos. Essa discrepância destaca a urgência de intervenções que abordem questões habitacionais e promovam comunidades inclusivas e alinhadas com os princípios legais estabelecidos.

% DE PESSOAS EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA	%
Entre os 10% com menores rendimentos	
Branco	25
Pretos ou pardos	74,10
Entre os 10% com maiores rendimentos	
Branco	70,50
Pretos ou pardos	27,70

PNAD CONTÍNUA, 2021. ACUMULADO DE QUINTAS VISITAS

Características do Esgotamento Sanitário	Nº de Municípios
Com rede de esgotamento sanitário	3.359
Sem rede de esgotamento sanitário	2.211
Características do Abastecimento de Água	
Com rede de Abastecimento de Água	5.548
Sem rede de Abastecimento de Água	22

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - Abastecimento de água e Esgotamento sanitário 2017

Domicílios com iluminação elétrica - 2015	99,7%
Domicílios com lixo coletado diretamente - 2022	86%
Domicílios com rede geral como principal fonte de abastecimento de água - 2022	85,5%
Domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica ligada à rede) - 2022	63,2%
IBGE Cidades	

Fundação João Pinheiro, 2019

- Déficit habitacional: 5,876 milhões de moradias
- 3,035 milhões de casas desocupadas por causa de alto aluguel
- \cong 24,8 milhões de habitações inadequadas (falta de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de energia elétrica e de coleta; inadequações edilícias: falta de espaço de armazenamento, ausência de banheiro, cobertura inadequada e piso inadequado, entre outros)
- Inadequação quanto à situação do terreno (2016): 2,514 milhões de domicílios

Centro de Estudos da Metrópole (Cem/Cebrap)

*O universo de pesquisa incluiu todos os municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas e os demais municípios que tinham no ano de 2000 mais de 150.000 habitantes, englobando cerca de 97% de todos os setores classificados pelo IBGE como subnormais no último Censo.

- Pessoas residindo em Assentamentos Precários: 12.415.831 (14,1% dos municípios estudados)
- Domicílios em Assentamentos Precários: 3.165.086 (13% dos municípios estudados).

A situação crítica do déficit habitacional no Brasil adiciona um componente urgente a essa análise de dados. A demanda significativamente superior à oferta de moradias adequadas destaca a necessidade iminente de estratégias eficazes para abordar a carência habitacional. Além de focar em construção habitacional, é crucial direcionar esforços para questões como regularização fundiária, acessibilidade financeira e melhoria da qualidade das moradias existentes.

A compreensão desses dados oferece uma visão clara dos desafios e serve como guia para a formulação de políticas que não só abordem o déficit habitacional, mas também contribuam para o desenvolvimento sustentável e aprimoramento das condições de vida nas áreas urbanas brasileiras.

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS, POLÍTICAS URBANAS E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Segundo o Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários, a expressão "assentamentos precários" foi adotada na nova Política Nacional de Habitação (PNH) para englobar uma ampla categoria de áreas urbanas ocupadas por moradores de baixa renda, caracterizadas por condições habitacionais inadequadas e carentes de diversas necessidades. Os assentamentos precários são caracterizados por:

- Áreas residenciais com: famílias de baixa renda e difícil de acesso a moradias e espaços públicos adequados;
- Condições precárias de moradia = falta de iniciativas governamentais eficazes, baixa renda dos trabalhadores e altos preços imobiliários, infraestrutura insuficiente e déficit habitacional;
- População de baixa renda com origem histórica ligada à busca de soluções autônomas (ocupações de terrenos vazios e autoconstrução) para suprir necessidades habitacionais.

Essa origem evidencia a capacidade de resiliência e mobilização das comunidades de baixa renda diante das limitações estruturais e da falta de acesso a moradias adequadas. Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas reconheçam e valorizem essas iniciativas e busquem promover a regularização fundiária, a melhoria das condições habitacionais e o apoio à autogestão com o intuito de garantir a segurança, a dignidade e a qualidade de vida dessas populações marginalizadas. As principais tipologias de assentamentos precários apresentadas no Guia e suas respectivas caracterizações estão sintetizadas nas duas imagens a seguir.

Figura 09 Tipologias de Assentamentos Precários



Fonte: elaborada pela autora - 2023

Figura 10: Descrição das tipologias de assentamentos

CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS				
TIPOLOGIAS/ VARIÁVEIS	CORTIÇOS	FAVELAS	LOTEAMENTOS IRREGULARES	CONJUNTOS HABITACIONAIS DETERIORADOS
ACESSO À MORADIA	Aluguel sem contrato ou ocupação ilegal de imóvel abandonado (público ou privado).	Ocupação ilegal de áreas públicas ou privadas, seguida de compra e venda informal (sem registro).	Compra e venda entre agentes privados. Sem escritura no registro imobiliário.	Compra e venda ou concessão de uso pelo poder público (sem registro). Ocupação ilegal.
TERRENO	Lote regular.	Dimensões irregulares. Resultante de subdivisão informal de lote ou gleba ou área de proteção ambiental.	Lote de dimensão regular em gleba parcelada irregularmente.	Cota parte de terreno ou lote, em gleba parcelada pelo poder público sem aprovação formal.
LOCALIZAÇÃO	Áreas centrais.	Áreas centrais, intermediárias ou periféricas, adequadas ou não à urbanização.	Áreas de periferia adequadas ou não à urbanização.	Áreas de periferia adequadas ou não à urbanização.
TRAÇADO URBANO E INFRAESTRUTURA	Inserido em áreas consolidadas com traçado urbano regular e dotadas de infraestrutura.	Inserido em área com ou sem infraestrutura. Nas áreas internas do assentamento traçado desordenado; predominância de vielas de pedestres e escadarias; ausência ou precariedade das demais infraestruturas.	Traçado urbano regular. Viário com problemas de drenagem e trafegabilidade; precariedade das demais infraestruturas. Áreas públicas ocupadas por favelas.	Traçado urbano regular. Infraestrutura completa ou não, com problemas de manutenção. Áreas públicas ocupadas por favelas.
CONDIÇÃO DA UNIDADE HABITACIONAL	Cômodo resultante da subdivisão de imóvel degradado. Uso coletivo de instalações sanitárias. Hidráulica e elétrica precárias. Insalubridade.	Autoconstrução, problemas estruturais; materiais inadequados; hidráulica e elétrica precárias e irregulares. Insalubridade e risco.	Autoconstrução ou mutirão; falta de acabamento; materiais de baixa qualidade; hidráulica e elétricas regulares ou não.	Construção por empreiteira ou mutirão; materiais de baixa qualidade; falta de acabamento e manutenção; áreas comuns e entorno degradados.

Fonte: Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários e manipulação da autora - 2023

No Brasil, diversas políticas urbanas têm sido implementadas com o objetivo de enfrentar os desafios relacionados à habitação. Dentre as várias políticas públicas, destacam-se o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que oferece subsídios e financiamentos para facilitar o acesso à moradia de famílias de baixa renda; o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que proporciona moradias por meio do arrendamento com possibilidade de aquisição futura; a Lei de Regularização Fundiária, que busca regularizar áreas ocupadas de forma irregular, garantindo a titularidade e o acesso a serviços básicos; a Política Nacional de Habitação, que estabelece diretrizes para promoção do acesso à moradia adequada considerando questões de déficit habitacional, qualidade das construções, sustentabilidade e inclusão social; e o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, que visa melhorar as condições de moradia e infraestrutura em áreas de ocupação irregular, por meio de intervenções urbanísticas, regularização fundiária e provisão de serviços públicos. Essas políticas têm sido implementadas com o intuito de enfrentar o déficit habitacional, a precariedade das condições de moradia e a falta de acesso a serviços básicos nas áreas urbanas do país.

Figura 11 - Conjuntos Habitacionais do Programa MCMV



Fonte: Caderno 2 - Parâmetros referenciais qualificação da inserção urbana - 2017

Além desse panorama acerca das políticas públicas urbanas, é importante observar abrangência da legislação relacionada à cidade e à urbanização nas escalas nacional, estadual e municipal. No âmbito nacional, destacam-se o Estatuto das Cidades, que estabelece diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano sustentável, e o Estatuto da Metrópole, que trata das diretrizes para o planejamento e gestão das regiões metropolitanas.

O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat busca promover a qualidade e a produtividade na construção civil e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) visa à implementação de políticas habitacionais. A Política Nacional de Habitação estabelece diretrizes e metas para o acesso à moradia adequada. A Regularização Fundiária Urbana e a Lei nº 13.465, de 2017, tratam da regularização de áreas urbanas ocupadas de forma irregular. A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) visa promover o desenvolvimento sustentável das cidades.

No âmbito estadual, as leis ligadas à urbanização e habitação social variam conforme os estados brasileiros, porém, normalmente, visam complementar as diretrizes nacionais e ajustá-las às particularidades locais. Tais leis podem cobrir áreas como programas habitacionais específicos, orientações para regularização fundiária, estímulos à construção de habitações de interesse social e parcerias público-privadas para o desenvolvimento urbano. Agências Estaduais de Habitação desempenham

um papel fundamental, promovendo ações como a seleção de projetos através de editais, a capacitação e o suporte técnico para empreendimentos habitacionais e urbanos.

Por fim, no âmbito municipal, destaca-se o Plano Diretor, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento urbano local, além dos Planos Plurianuais Locais e dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS). São importantes também manuais que apontam diretrizes para ação urbana e projetos de infraestrutura urbana.

Com esse panorama legislativo e de políticas públicas, é possível reconhecer que as legislações e instrumentos normativos abrangem diferentes esferas de governo e visam promover o desenvolvimento urbano sustentável, a qualidade de vida, a regularização fundiária e o acesso à moradia adequada em todo o país.

Figura 12 : Plano Municipal de Habitação de São Paulo



Fonte: Prefeitura de São Paulo - 2016

ESTUDOS



Associados às reflexões urbanas, fazem-se necessários estudos específicos que solidifiquem a construção do guia urbano. Nesse momento do trabalho, são apresentados, então, três estudos de caso que abordam temas do contexto do planejamento urbano e da gestão de áreas urbanas precárias.

No primeiro estudo, o enfoque é um plano de bairro para requalificação de uma área obsoleta. No segundo, a infraestrutura urbana é examinada, considerando sistemas de água, esgoto e transporte. O terceiro estudo se concentra no projeto de recuperação urbana e estratégias para revitalização. Cada estudo contribuiu de alguma forma para o desenvolvimento do guia re.ocupar.

ESTUDO 01: PLANO DE BAIRRO

NOME: Bairro da Gente;

LOCAL: Limeira, São Paulo;

ESCOPO: Masterplan Sustentável
de Bairros;

ÁREA DE INTERVENÇÃO: 350.000m²;

ANO: 2015.

O masterplan do Bairro da Gente consiste numa proposta de requalificação de uma gleba de aproximadamente 30 hectares na porção Sul de Limeira, São Paulo. O projeto adota conceitos e ensinamentos defendidos por Jane Jacobs, Jan Gehl e pelo Project for Public Spaces (PPS) para a melhoria da vida urbana, tais como uso mistos, priorização da escala humana e diversificação de projetos. A metodologia de projeto adotou processos participativos caracterizados pela colaboração de equipes técnicas multidisciplinares associada a diálogos e oficinas com a população. Dentro das várias disciplinas envolvidas no projeto, atuaram profissionais como arquitetos e urbanistas, designers, jornalistas, administradores, *branders*, engenheiros, publicitários e economistas.

Figura 13 – Localização da gleba, Limeira, SP

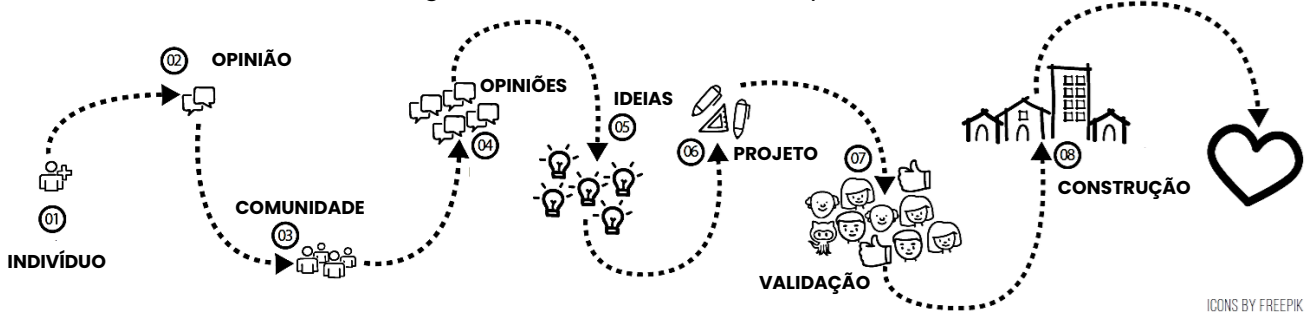


Fonte: elaborado pela autora - 2023

O Bairro da Gente se sustenta no desenvolvimento em conjunto de renda mista, uso misto e diversidade de culturas e produtos. Nesse sentido, o plano buscou incorporar elementos geradores de renda no próprio bairro a partir da abordagem dos usos mistos, diminuindo os deslocamentos entre moradores da periferia em direção as áreas centrais.

O fomento à sociabilidade no Bairro da Gente se deu a partir da ideia de que enriquecer as culturas e as “sub-culturas” de uma cidade. Todo esse processo estruturou um mosaico urbano capaz de permitir estilos de vida distintos coexistindo de forma saudável, gerando sensação de pertencimento, a igualdade diante da diversidade e a proximidade individual de cada pessoa.

Figura 14 – Processo do Masterplan

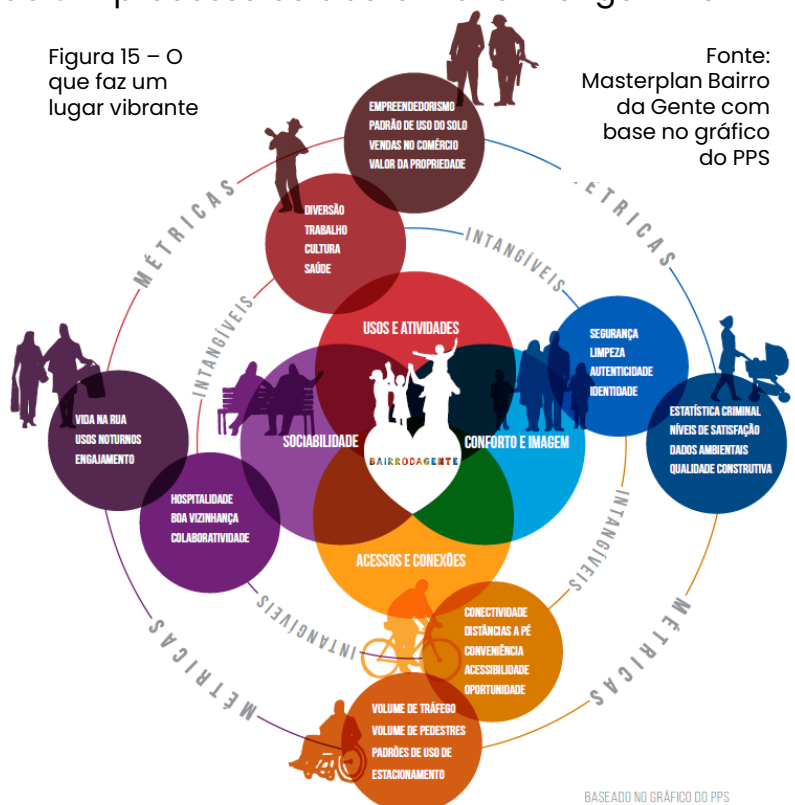


Fonte: Masterplan Bairro da Gente e manipulada pela autora - 2023

Segundo o plano, o novo bairro parte da compreensão dos envolvidos direta e indiretamente com o lugar. Entende-se por envolvimento direto a participação dos moradores da área diretamente beneficiada pelo novo bairro. Já o envolvimento indireto corresponde aos moradores das regiões vizinhas, técnicos e líderes comunitários. O escopo do projeto partiria da opinião, das necessidades e anseios, dos sonhos e medos desses agentes envolvidos. Nesse sentido, as dinâmicas colaborativas tiveram como objetivo justamente conhecer essa população e identificar as atividades, os usos dos espaços públicos e as identidades dos moradores da região.

Essa ideia de fortalecer a conexão entre as pessoas e os lugares que compartilham por meio de um processo colaborativo tem origem no *placemaking*, movimento que, segundo o PPS, incentiva as pessoas, a reimaginarem e reinventarem juntas os espaços públicos. Essa abordagem se concentra em observar, ouvir e fazer perguntas às pessoas que vivem, trabalham e se divertem em um determinado espaço. Tudo isso com o objetivo de entender suas necessidades e aspirações para aquele lugar e para a comunidade.

Figura 15 – O que faz um lugar vibrante

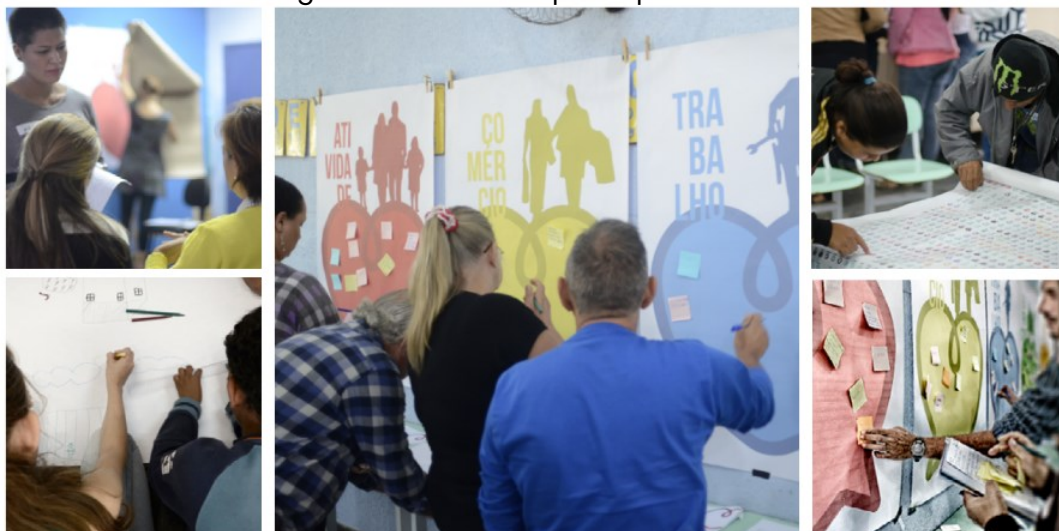


Fonte: Masterplan Bairro da Gente com base no gráfico do PPS

BASEADO NO GRÁFICO DO PPS

Dessa forma, o *placemaking* transforma o espaço urbano e estimular padrões criativos de uso, considerando as identidades físicas, culturais e sociais que definem um lugar.

Figura 16 – Processo participativo



Fonte: Masterplan Bairro da Gente

Nesse sentido, o processo de elaboração do masterplan do Bairro da Gente revelou importantes aprendizados sobre a metodologia participativa, envolvendo equipes técnicas multidisciplinares e promovendo diálogos e oficinas com a população. Essa metodologia permitiu uma compreensão das necessidades, aspirações e anseios dos moradores.

Valorizando a diversidade, a sociabilidade e a renda mista, o plano buscou incorporar elementos geradores de renda no próprio bairro, reduzindo deslocamentos e promovendo uma maior interação entre os residentes. Além disso, a abordagem do *placemaking* fortaleceu a conexão entre as pessoas e os lugares, incentivando a participação ativa da comunidade na “reimaginação” e reinvenção dos espaços públicos, levando em consideração as identidades físicas, culturais e sociais que definem o lugar.

Assim, a metodologia participativa e a valorização das necessidades locais consolidaram referências importantes sobre como promover a vitalidade urbana e um senso de pertencimento no bairro.

ESTUDO 02: INFRAESTRUTURA URBANA

NOME: Corredor Verde de Cali;
ESCOPO: Sistema linear de espaço público e recreação;

LOCAL: Cali, Valle del Cauca, Colômbia;
EXTENSÃO: 17km Norte-Sul da cidade de Cali;
ANO: 2015

O projeto surgiu a partir de uma licitação lançada pela prefeitura de Cali para contratar o desenvolvimento de um projeto de nível de anteprojeto para um sistema linear de espaço público na antiga via férrea que atravessa a cidade. O escritório responsável pelo projeto transcendeu o escopo contratado e desenvolveu um projeto cuja abordagem, mais ampla, considera as relações transversais dos lados do eixo ferroviário e vê o corredor verde como uma oportunidade para promover um modelo de cidade que integra os sistemas urbanos e naturais. O objetivo era melhorar a qualidade de vida das pessoas e recuperar os valores ambientais e paisagísticos que caracterizam Cali.

Figura 17 – Extensão do projeto

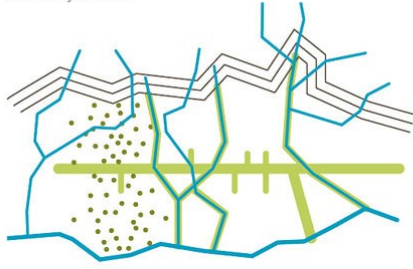


Fonte: Opus Studio e manipulada pela autora - 2023

O sistema linear de espaço público propõe a requalificação da faixa de ferrovia abandonada que atravessa a cidade e o novo corredor verde atua como oportunidade de promover a articulação dos sistemas urbanos com os sistemas naturais. Essa articulação acarretaria a melhoria da qualidade de vida das pessoas e na recuperação dos valores ambientais e paisagísticos. A revisão do plano de ordenamento urbano foi fundamental no processo projetual para se desenvolver uma motivação a discussões sobre a cidade em diferentes grupos de atores sociais.

Figura 18 – Diagramas projetuais

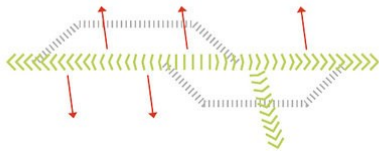
Recomponer una red ecológica urbana entre los cerros y el río.



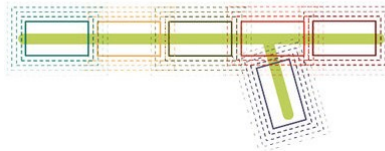
Integrar social y espacialmente la ciudad.



Equilibrar la conectividad con un corredor de transporte público limpio



Renovar la ciudad con proyectos estratégicos que detonen procesos de transformación desde la franja central.



Fonte: Opus Studio, 2023

O projeto apresentou também estratégias ambientais importantes para a requalificação urbana e fundamentais para a garantia de um sistema urbano vivo e sustentável.

Figura XX – Tipos de espaços e suas respectivas vegetações adequadas



Fonte: Opus Studio adaptada pela autora, 2023

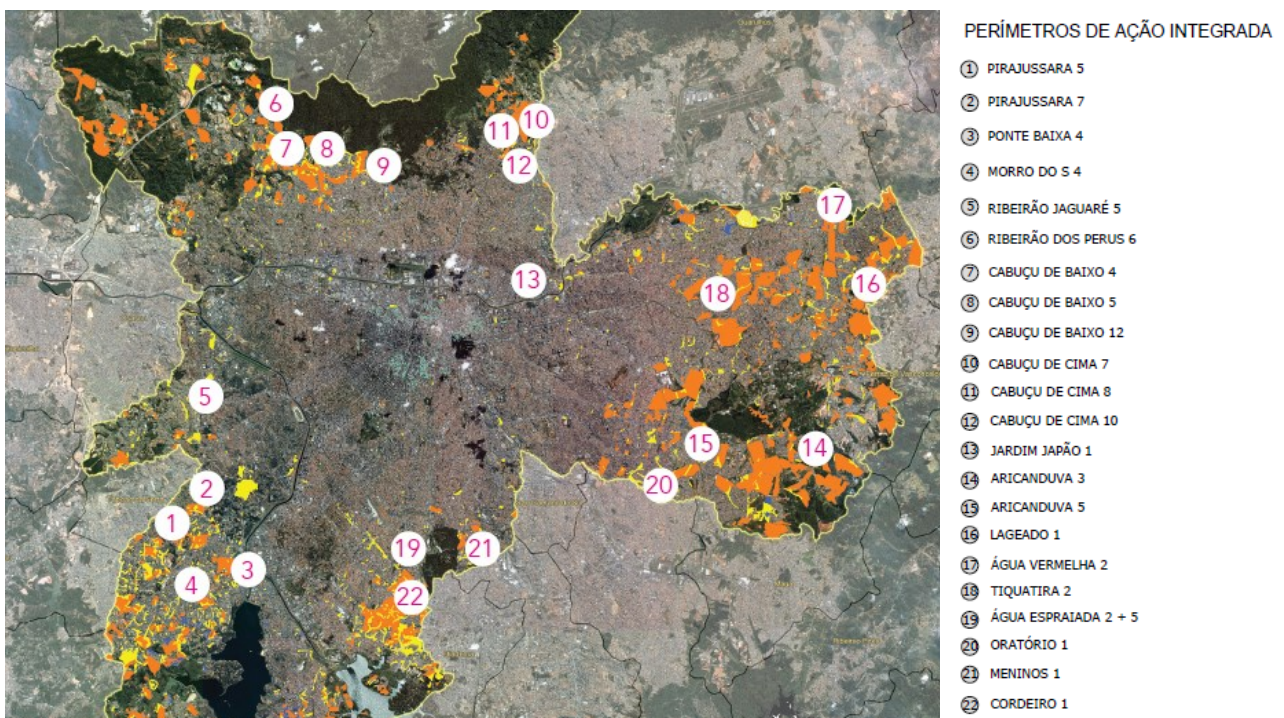
A intervenção urbana proposta pelo projeto do sistema linear de espaço público em Cali proporcionou aprendizados significativos sobre sustentabilidade ambiental e social. O projeto destaca-se pela importância de considerar as dimensões ambientais e sociais em intervenções urbanas, reconhecendo a necessidade de conciliar os elementos naturais e as demandas humanas para construir uma cidade mais sustentável. A compreensão das interações entre o tipo de vegetação e os usos dos espaços públicos também foi essencial nesse contexto.

ESTUDO 03: PROJETO DE RECUPERAÇÃO URBANA

O Programa Renova SP - Programa de Urbanização de Favelas tem como objetivo principal transformar favelas e loteamentos irregulares em bairros regularizados, proporcionando aos seus moradores o acesso à cidade formal por meio da Regularização Urbanística e Fundiária. Para alcançar esse objetivo, o programa se baseia em diversas premissas, tais como a implantação de infraestrutura básica, a abertura de novas vias e a adequação do viário existente, a eliminação de riscos geotécnicos, a canalização de córregos e a implementação de um parque linear. Além disso, o programa busca contemplar as necessidades urbanísticas, ambientais e sociais do perímetro, visando a uma intervenção de menor impacto em escala local.

Entre as ações previstas estão também a implantação de áreas de lazer, o remanejamento e reassentamento de todas as famílias removidas, bem como a construção de novas unidades habitacionais. Para a execução do programa, foram demarcados aproximadamente 278 Perímetros de Ação Integrada (PAIs) nas seis regiões da cidade, com um cronograma de intervenções distribuído ao longo dos quatro quadriênios, de 2012 a 2024, conforme definido no Plano Municipal de Habitação (PMH).

Figura 19: Mapeamento Perímetros Prioritários

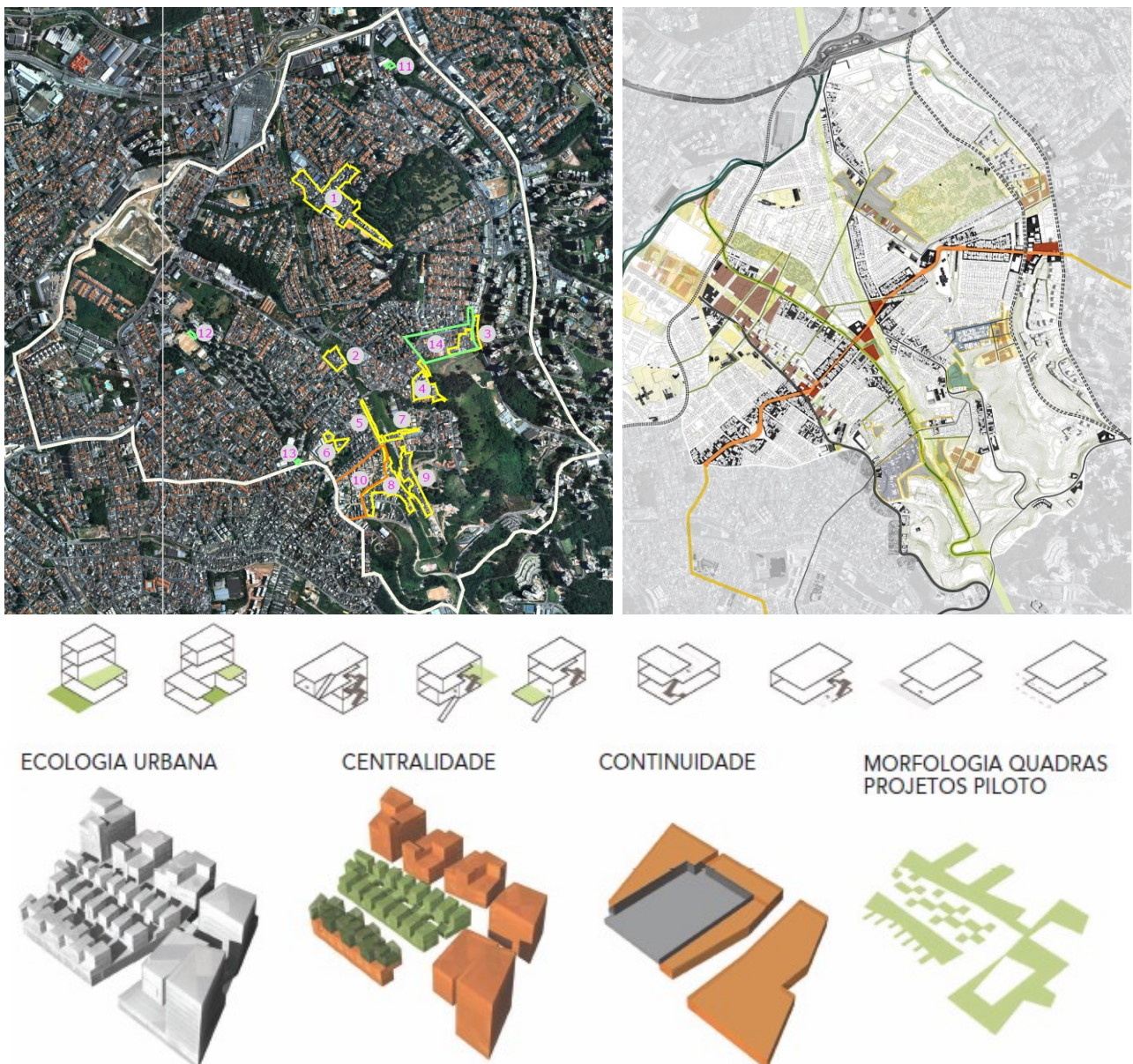


Fonte: Renova SP: A Implementação Do Programa (2014)

O Programa Renova SP representa, dessa forma, um esforço abrangente para a transformação desses assentamentos informais em espaços urbanizados e integrados à cidade formal, promovendo melhorias significativas na qualidade de vida das comunidades atendidas.

Em 2011, a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) realizou um Concurso Público Nacional com o objetivo de licitar projetos de arquitetura e urbanismo para a contratação de escritórios de todo o país. O concurso visava o desenvolvimento de projetos para 22 perímetros prioritários. Ao todo, 109 escritórios participaram do concurso, dos quais 15 foram selecionados para a execução dos projetos. Essa iniciativa abrangeu um total de 153 assentamentos precários, beneficiando aproximadamente 79.000 famílias.

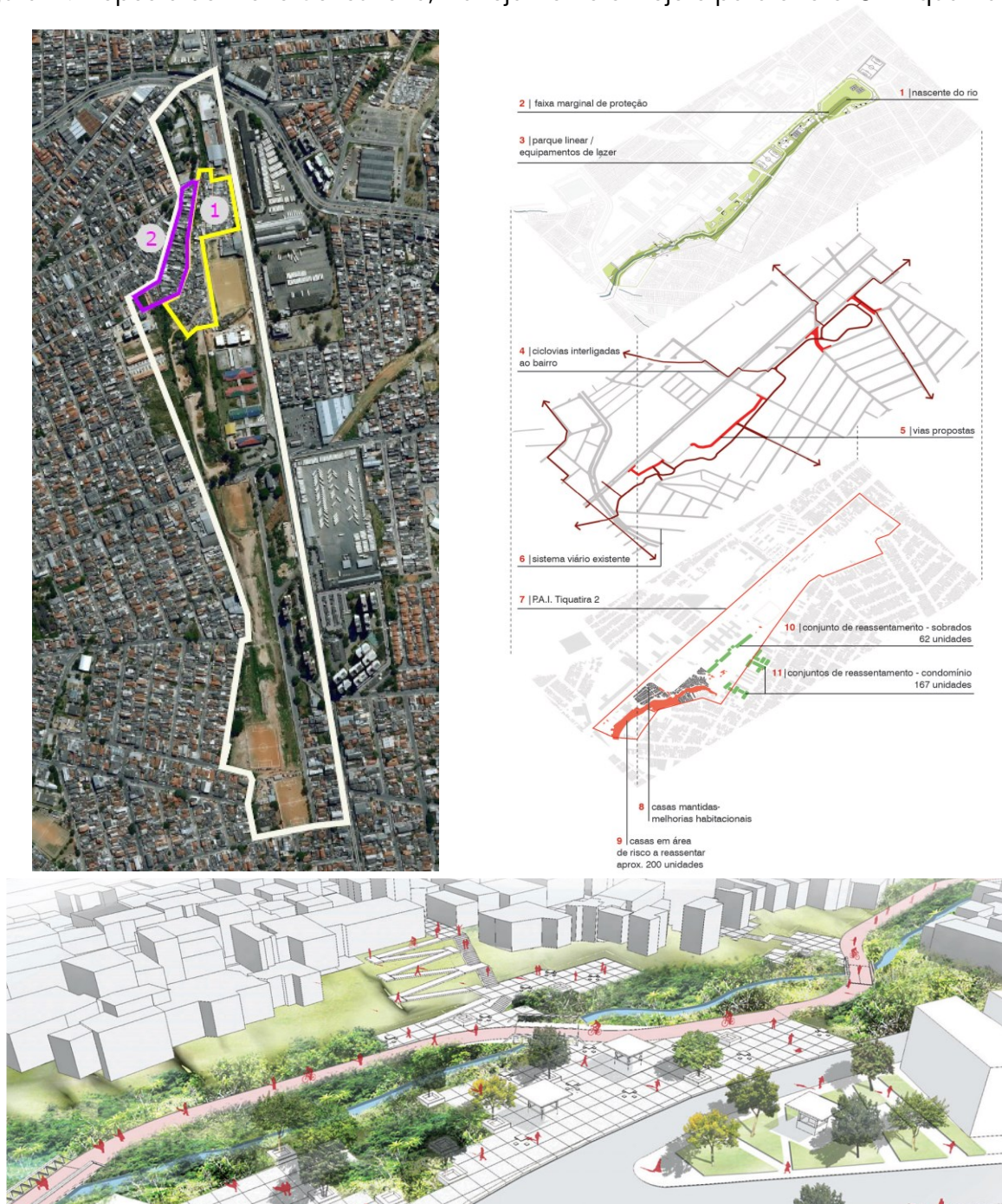
Figura 20: Proposta de bARST Arquitetura e urbanismo LTDA para o Lote 2 - Pirajussara 7



Fonte: Renova SP: A Implementação Do Programa (2014)

A leitura do caderno com as propostas premiadas para o concurso RenovaSP contribuiu para a compreensão das possibilidades de intervenção em assentamentos precários e para análise dos embasamentos por trás dessas propostas. A visualização das intervenções propostas, que incluem elementos como infraestrutura básica, abertura de novas vias e implementação de espaços verdes, contribuiu significativamente para enriquecer o entendimento sobre estratégias eficazes de transformação urbana em contextos de marginalização e precariedade urbanas.

Figura 21: Proposta de Arche Consultoria, Planejamento e Projeto para o Lote 18 - Tiquatira 2



Fonte: Renova SP: A Implementação Do Programa (2014)

O GUIA

Com base na experiência vivenciada em uma ocupação no município de Aparecida de Goiânia, Goiás, e considerando a situação precária e a falta de assistência pública encontrada em várias cidades brasileiras, o trabalho se estrutura na forma de um guia urbano para auxiliar os gestores públicos e os profissionais do urbanismo na tomada de decisões para intervir em assentamentos precários.

O guia se trata de uma ferramenta de planejamento territorial que auxilia a gestão pública e os profissionais de planejamento na elaboração intervenções em assentamentos precários. Nesse sentido, estruturam-se os capítulos Introdução, Ensinar, Identificar e Transformar para consolidar um instrumento urbanístico cujos princípios são:



INFORMAÇÃO



PAPEL SOCIAL



AÇÃO URBANA

CAPÍTULO 01: INTRODUÇÃO

O primeiro capítulo do guia urbano aborda questões relacionadas ao seu propósito e utilização. Nesse momento, é explicado que o instrumento tem como finalidade oferecer orientações e diretrizes para intervenções em assentamentos precários, especificamente na tipologia de loteamento irregular. Discorre-se sobre o papel de um guia urbano como ferramenta de auxílio no planejamento ao fornecer um embasamento teórico-conceitual e uma metodologia específica para enfrentar os desafios nesses assentamentos precários, visando à transformação positiva do ambiente urbano e à promoção da inclusão social.

Dado o caráter introdutório, este capítulo aborda a funcionalidade e aplicabilidade do guia, seguido por uma avaliação de sua relevância no contexto do planejamento urbano. A estrutura do guia é apresentada, e o layout/formato do livro é explicado para facilitar a usabilidade do leitor de maneira eficiente. A explicação da estrutura do livro é essencial para fornecer uma explicação abrangente sobre como utilizar eficazmente essa ferramenta de planejamento urbano.

Diagrama 01 – Escopo do Guia Urbano



Fonte: elaborada pela autora - 2023

CAPÍTULO 02: ENSINAR

Nesse momento do guia, há, em dois grandes tópicos, as seguintes abordagens:

- cidadania e da participação popular no contexto urbano;
- discussão da importância do planejamento urbano como ferramenta para garantia do direito à cidade, sobretudo às comunidades marginalizadas.

CIDADANIA

O primeiro tópico do capítulo trata da cidadania, trazendo seu conceito, o papel do cidadão e a importância da consciência coletiva e do engajamento da população na busca por soluções e na promoção do bem-estar comum.

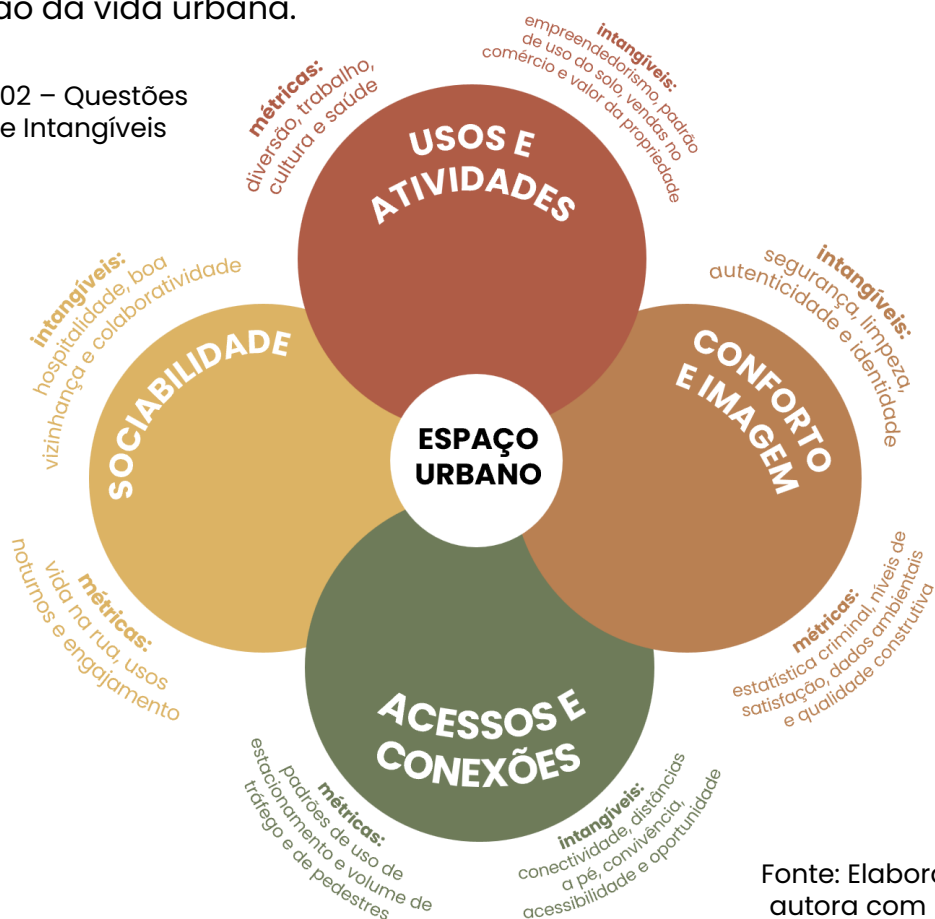
Figura 22 – Instrumentos de participação social



Fonte: elaborada pela autora segundo o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (2014), 2023

Neste ponto do guia, a vitalidade urbana é introduzida como um pilar fundamental para a vida na cidade, seguindo as ideias de Jan Gehl (2013). O gráfico abaixo é apresentado para a compreensão de métricas e aspectos intangíveis da existência humana que se entrelaçam na construção da vida urbana.

Diagrama 02 – Questões Métricas e Intangíveis

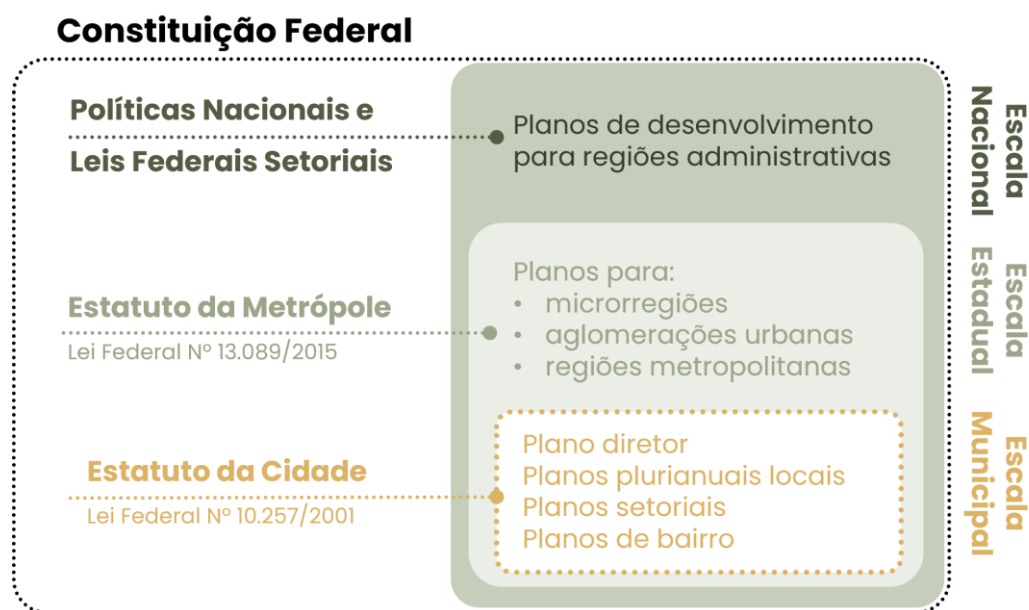


Fonte: Elaborado pela autora com base no gráfico do PPS – 2023.

PLANEJAMENTO URBANO

No segundo tópico do capítulo, são apresentadas questões relativas ao planejamento urbano e aos agentes que transformam o tecido urbano. São também descritos os instrumentos de planejamento urbano associados às suas escalas de aplicação. Após isso, Roberto Lobato Correa (1995) é citado com suas reflexões sobre os agentes urbanos.

Diagrama 03 – Escalas, instrumentos e legislações do planejamento urbano



Fonte: elaborada pela autora - 2023

Diagrama 04 – Agentes transformadores do espaço urbano



Fonte: elaborada pela autora - 2023

Por fim, o capítulo trata da função social da cidade para elucidar a importância de se repensar os espaços ocupados nas áreas urbanas, conduzindo o raciocínio do guia para a etapa de estudo e leitura do espaço urbano precário e carente de intervenções urbanas.

Em suma, o capítulo Ensinar busca conscientizar e orientar os leitores sobre o papel de cada agente no processo de transformação e construção de cidades mais justas, sustentáveis e humanas.

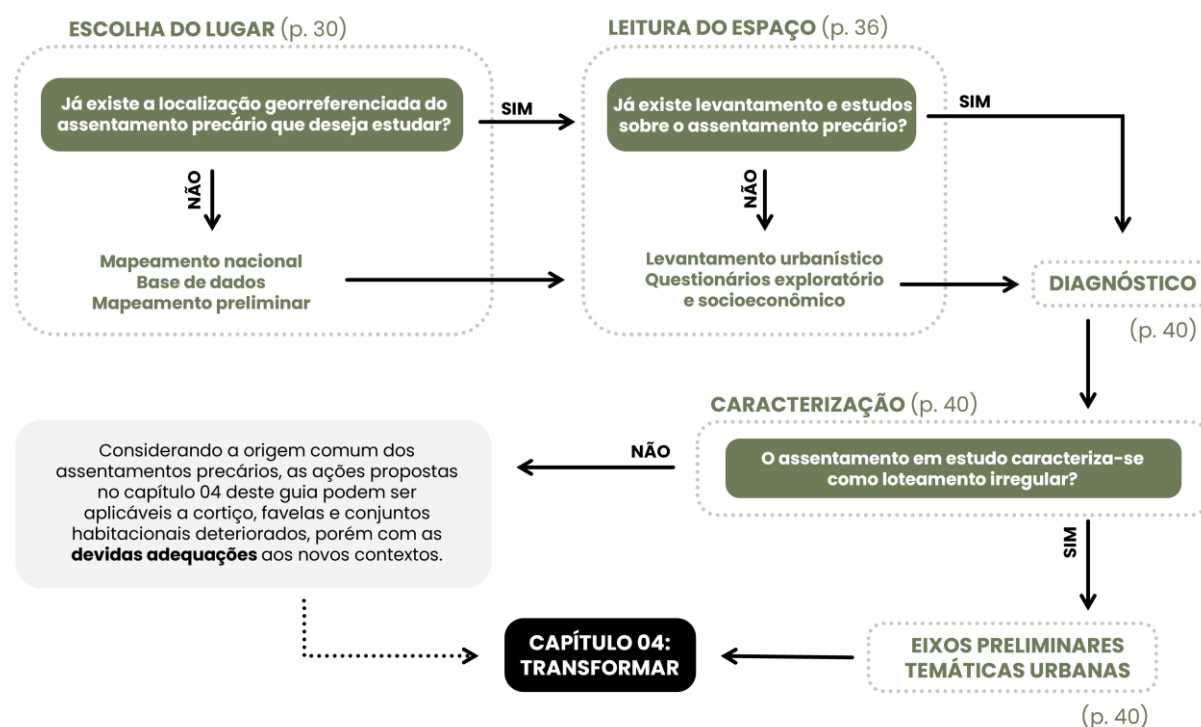
CAPÍTULO 03: IDENTIFICAR

A terceira parte do guia urbano, intitulada “Identificar”, consiste na descrição da metodologia de estudo de um assentamento precário.

METODOLOGIA

O capítulo inicia-se trazendo um fluxograma que situa o pesquisador no conteúdo apresentado. O termo “pesquisador” refere-se aos gestores públicos, às equipes técnicas de planejamento urbano e aos institutos de pesquisa responsáveis por conduzir análises relacionadas à segregação urbana e aos assentamentos precários.

Diagrama 05 – Metodologia do capítulo 03



Fonte: elaborada pela autora - 2023

ESCOLHA DO LUGAR

Após essa contextualização nas etapas do capítulo, inicia-se o tópico “Escolha do Lugar” com a abordagem de questões básicas para a escolha do assentamento precário.

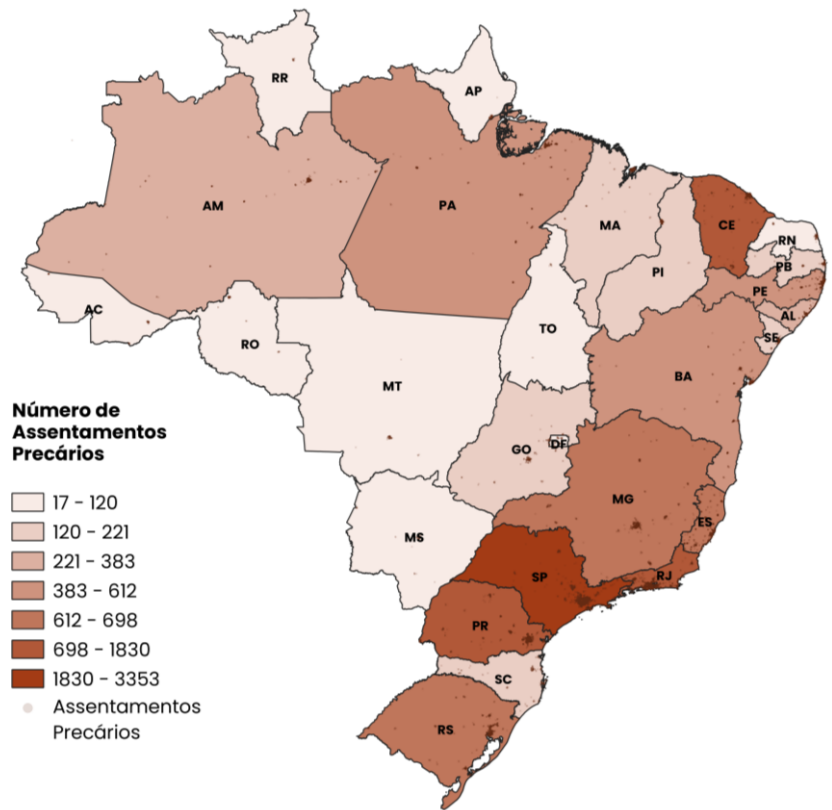
Nesse momento, com o mapeamento nacional de assentamentos precários, o guia aponta para a possibilidade de se desdobrarem estudos que identificam a distribuição geográfica dos assentamentos precários e analisam os motivos das intensidades de ocorrência por estado. Esse tipo de pesquisa é possível a partir da espacialização de dados coletados em órgãos e institutos de pesquisa, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística),

Mapa 01 – “Aglomerados Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19”

Observação:

O termo “Aglomerado subnormal” foi substituído pelo IBGE em novembro de 2023 por “Favelas e Comunidades Urbanas” após do I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil.

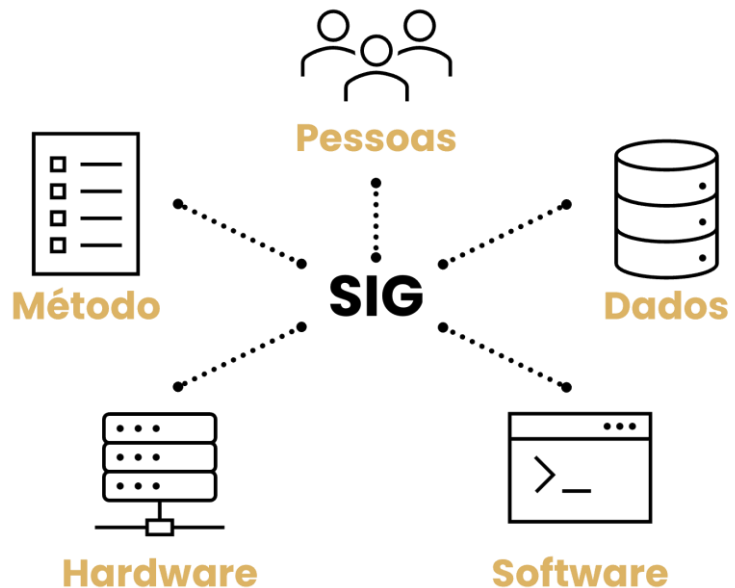
Fonte: IBGE manipulado pela autora, 2023.



Com o mapeamento nacional, o capítulo aponta que é possível efetuar recortes regionais que atendam aos enfoques do pesquisador interessado em analisar a situação da precariedade dentro do seu contexto de atuação profissional.

Indicado o recorte, o capítulo adota o “Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários” como referência metodológica e apresenta informações relativas à consulta e construção de uma base de dados digital e georreferenciada, apontando quais informações são importantes para uma primeira consulta aos órgãos públicos, concessionárias de serviços, etc.

Diagrama 06 – Componentes do Sistema de Informação Geográfica (SIG)



Fonte: elaborada pela autora - 2023

Como fechamento do tópico “Escolha do Lugar”, tem-se a descrição de como conduzir o mapeamento preliminar. Esse mapeamento se faz importante sobretudo aos municípios que não possuem uma base de dados consolidada.

Diagrama 07 – Componentes do Sistema de Informação Geográfica (SIG)



Fonte: elaborada pela autora - 2023

Figura 23 – Jaguaré, São Paulo: Setores censitários e recorte do levantamento “Aglomerados Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19”



Fonte: IBGE manipulado pela autora, 2023.

No mapeamento preliminar, com a sobreposição dos limites do assentamento à imagem de satélite, é possível evidenciar a distinção na ocupação do solo do bairro precário comparação ao seu entorno, mesmo quando ambos estão incluídos no mesmo setor censitário segundo IBGE.

LEITURA DO ESPAÇO

No terceiro tópico do capítulo “Identificar”, tem-se a descrição da metodologia de levantamento urbanístico. Nela, são pontuadas as temáticas que devem ser levantadas in loco, como:

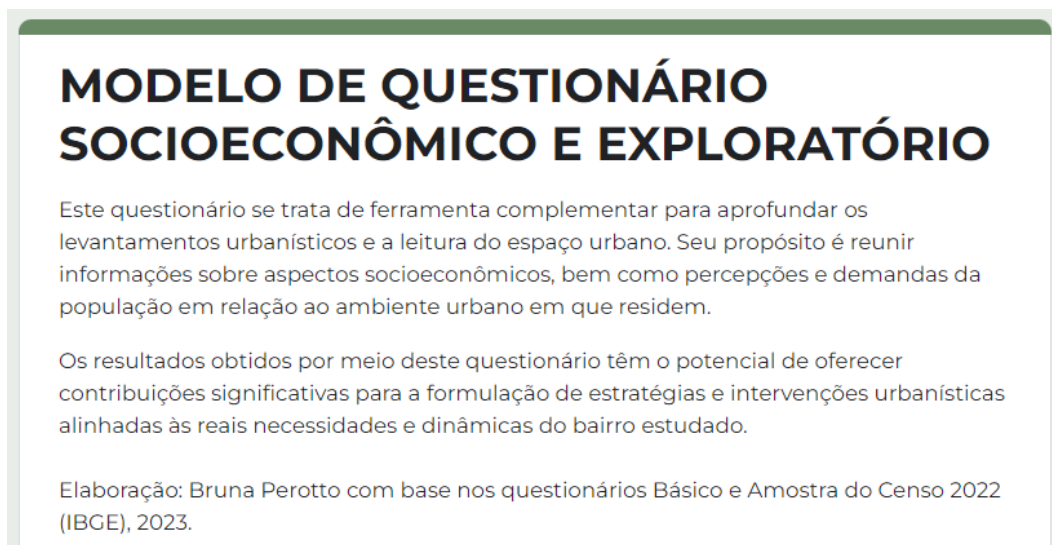
- hierarquia viária
- equipamentos urbanos
- pavimentação viária
- tipologia construtiva
- cheios e vazios
- uso do solo
- coleta e tratamento de esgoto
- rede de água
- coleta de lixo

Para obter uma compreensão abrangente das necessidades e desafios enfrentados por uma comunidade se faz necessário o desenvolvimento de um questionário que vai além das questões socioeconômicas tradicionais.

Esse questionário deve explorar aspectos relacionados à renda, educação e infraestrutura, mas também deve buscar capturar as perspectivas subjetivas dos moradores. Perguntas formuladas para se entender como os residentes percebem sua qualidade de vida, quais são suas aspirações e demandas em relação à melhoria das condições do bairro e como eles veem seu papel na comunidade.

Essa abordagem permite não apenas identificar as carências tangíveis da região, mas também compreender as narrativas individuais e coletivas que moldam a experiência da comunidade, informando assim o processo de planejamento e intervenção urbana de maneira mais sensível e eficaz.

Figura 24 – Modelo de questionário indicado no guia



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO

Com os dados coletados e mapeados, é possível utilizar o quadro ao lado para sintetizar a situação urbanística do assentamento estudado em um quadro diagnóstico.

Sabendo da variedade de manifestações de segregação e precariedade urbanas no ambiente urbano, se faz relevante a mensuração e caracterização desses cenários para estabelecer critérios coesos que norteiem a tomada de decisões por parte dos responsáveis por intervenções urbanísticas.

Tabela 01 – Quadro diagnóstico

VARIÁVEIS RELEVANTES PARA CARACTERIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS		
Nº	VARIÁVEIS	CARACTERÍSTICAS/INDICADORES
1	Renda domiciliar	Em reais ou faixas de salários mínimo: de 0 a 3; de 3 a 5; de 5 a 10; maior que 10
2	Situação fundiária	Regular ou irregular (moradores não têm título de posse ou propriedade)
3	Domínio da área	Pública (União, Estados ou Municípios) ou privada; ações de despejo; dívidas de IPTU
4	População	Estimativa do número de domicílios e do número de moradores por domicílio
5	Infraestrutura Urbana	Falta de ligações regulares à rede pública de água, esgoto e iluminação; coleta de lixo; pavimentação e drenagem de águas pluviais
6	Padrão urbanístico do viário inteiro ao assentamento	Traçado regular, com ruas carroçáveis (4m ou mais de largura e leito regularizado); ou traçado desordenado e circulação por meio de vielas de pedestres, escadarias, pinguelas etc.
7	Padrão urbanístico dos lotes	Lotes de tamanho regular; ou grande variedade de formas e tamanhos. Situações específicas, como palafitas, quilombolas; núcleos isolados da área urbana etc.
8	Áreas de Risco	Ocorrências de alagamento, desmoronamento/escorregamento de encostas, solapamento de margens de rios
9	Densidade do assentamento	Edificações com um ou mais pavimetnos; com ou sem recuos laterais e frontais
10	Material de construção	Permanente/adequado (tijolo, bloco, barro, madeira, etc.) ou improvisado/inadequado (barro mal feito, madeira velha, sucata, etc.)
11	Localização em terrenos com restrições absolutas à ocupação	Oleodutos e gasodutos; faixas de linhas de alta tensão; faixas de domínio de ferrovias ou rodovias; lixões e outras áreas contaminadas
12	Localização em áreas de preservação ambiental	Áreas de Preservação Permanente (APPs); Unidades de Conservação (Ucs); Áreas Públicas Municipais (APMs)
13	Zoneamento municipal	Zona urbana ou rural; e tipo de zona (ZEIS, zona mista, zona industrial, etc.)

Fonte: “Guia Para Mapeamento e Caracterização dos Assentamentos Precários” adaptada pela autora, 2023.

Nesse contexto, a Política Nacional de Habitação (PNH) considera a existências de quatro tipologias de assentamentos que diferenciam-se com base na manifestação das problemáticas urbanas no espaço construído.

Tabela 02 – Quadro das tipologias

CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS				
TIPOLOGIAS/ VARIÁVEIS	CORTIÇOS	FAVELAS	LOTEAMENTOS IRREGULARES	CONJUNTOS HABITACIONAIS DETERIORADOS
ACESSO À MORADIA	Aluguel sem contrato ou ocupação ilegal de imóvel abandonado (público ou privado).	Ocupação ilegal de áreas públicas ou privadas, seguida de compra e venda informal (sem registro).	Compra e venda entre agentes privados. Sem escritura no registro imobiliário.	Compra e venda ou concessão de uso pelo poder público (sem registro). Ocupação ilegal.
TERRENO	Lote regular.	Dimensões irregulares. Resultante de subdivisão informal de lote ou gleba ou área de proteção ambiental.	Lote de dimensão regular em gleba parcelada irregularmente.	Cota parte de terreno ou lote, em gleba parcelada pelo poder público sem aprovação formal.
LOCALIZAÇÃO	Áreas centrais.	Áreas centrais, intermediárias ou periféricas, adequadas ou não à urbanização.	Áreas de periferia adequadas ou não à urbanização.	Áreas de periferia adequadas ou não à urbanização.
TRAÇADO URBANO E INFRAESTRUTURA	Inserido em áreas consolidadas com traçado urbano regular e dotadas de infraestrutura.	Inserido em área com ou sem infraestrutura. Nas áreas internas do assentamento traçado desordenado; predominância de vielas de pedestres e escadarias; ausência ou precariedade das demais infraestruturas.	Traçado urbano regular. Viário com problemas de drenagem e trafegabilidade; precariedade das demais infraestruturas. Áreas públicas ocupadas por favelas.	Traçado urbano regular. Infraestrutura completa ou não, com problemas de manutenção. Áreas públicas ocupadas por favelas.
CONDIÇÃO DA UNIDADE HABITACIONAL	Cômodo resultante da subdivisão de imóvel degradado. Uso coletivo de instalações sanitárias. Hidráulica e elétrica precárias. Insalubridade.	Autoconstrução, problemas estruturais; materiais inadequados; hidráulica e elétrica precárias e irregulares. Insalubridade e risco.	Autoconstrução ou mutirão; falta de acabamento; materiais de baixa qualidade; hidráulica e elétricas regulares ou não.	Construção por empreiteira ou mutirão; materiais de baixa qualidade; falta de acabamento e manutenção; áreas comuns e entorno degradados.

Fonte: “Guia Para Mapeamento e Caracterização dos Assentamentos Precários” adaptada pela autora, 2023.

Considerando a escala edilícia dos Cortiços e Conjuntos Habitacionais Deteriorados e, reconhecendo a complexidade da urbanização em cenários consolidados de favelas, toma-se o cenário urbano dos Loteamentos Irregulares como “intermediário” e, assim, como referência para evolução da metodologia do guia re.ocupar.

EIXOS PRELIMINARES E TEMÁTICAS URBANAS

Seguindo com a metodologia do “Guia Para Mapeamento e Caracterização dos Assentamentos Precários” e considerando os diferentes cenários urbanos de assentamentos precários, são vislumbradas algumas medidas preliminares para intervenção:

- Regularização fundiária
- Remanejamento interno
- Remanejamento externo
- Urbanização complexa
- Urbanização simples

A partir da adoção do loteamento irregular como referência à continuidade do guia, considera-se o **remanejamento interno, a urbanização simples e a regularização fundiária** como eixos preliminares para formulação de diretrizes que promovam o espaço urbano e garantam o direito à cidade a essas comunidades. Essas ações iniciais foram consideradas tendo em vista três pontos complexos do planejamento urbano: preservar a comunidade existente no local, urbanizar o local de maneira segura e legitimar a história da população local.

Apesar deste recorte, vale ressaltar que, com a origem comum dos assentamentos precários, as ações indicadas neste guia para loteamentos irregulares podem ser aplicadas a cortiços, favelas e conjuntos habitacionais deteriorados, porém com as devidas adequações às peculiaridades de seus contextos.

O processo de levantamento urbanístico e aplicação de questionários socioeconômicos desempenha um grande papel na identificação e priorização de enfoques para ações de intervenção urbana. Retomando o cenário urbano que caracteriza loteamentos irregulares e os eixos preliminares de intervenção, tem-se as temáticas de intervenção:

- Cidadania
- Economia de bairro
- Habitação
- Infraestrutura urbana
- Meio ambiente
- Mobilidade
- Regularização Fundiária
- Saúde pública

Finalizando o capítulo 03, essas temáticas não se apresentam como simples elementos urbanos isolados, mas sim como componentes que se entrelaçam na experiência cotidiana das pessoas, dando forma à dinâmica social, econômica e ambiental de uma comunidade. Ao compreender essas interconexões, estabelece-se a base para o desenvolvimento de diretrizes de intervenção urbana eficazes, com o objetivo de aprimorar o espaço urbano e assegurar o direito à cidade.

Na sequência do guia, há o capítulo Transformar, dedicado à exploração de três eixos principais de intervenção.

EIXOS NORTEADORES

O capítulo tem início ao revisitar as temáticas de intervenção e destacar a intrínseca relação que possuem com o espaço urbano. Agrupadas em três eixos norteadores, essas temáticas fornecem a base para a formulação de diretrizes e ações de intervenção que as interpretem de maneira eficaz e sustentável. Os eixos em foco compreendem a **Regularização Fundiária, Infraestrutura Urbana e a Sustentabilidade**, esta abrangendo as esferas econômica, social e ambiental.

QUADRO SÍNTESE

Tabela 03– Quadro síntese

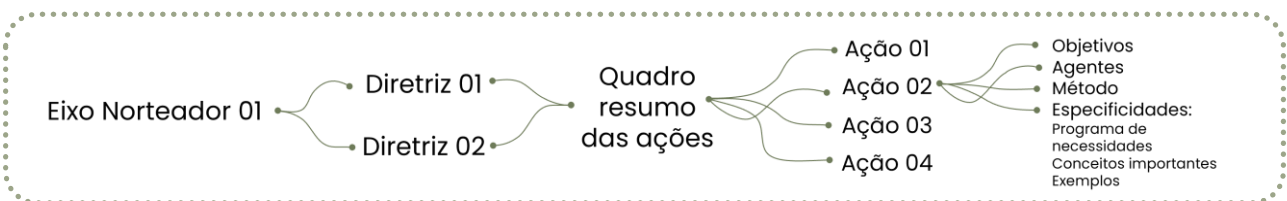
EIXO	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	INFRAESTRUTURA URBANA	SUSTENTABILIDADE		
			SOCIAL	ECONÔMICA	AMBIENTAL
DIRETRIZES	<ul style="list-style-type: none"> Regularizar a situação fundiária do bairro Garantir o direito à terra 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o direito à cidade Conectar o bairro ao entorno Criar redes de proximidade entre usos cotidianos Priorizar a escala humana 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a vitalidade urbana; Fomentar a organização comunitária no bairro; Gerar consciência urbanística. 	<ul style="list-style-type: none"> Explorar o entorno economicamente e, se possível, cultural e turisticamente; Explorar a sinalização para orientação e uso eficiente do espaço urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir índices adequados de arborização e conforto ambiental; Incentivar a agricultura urbana.
AÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> Analisar a adequação do assentamento à REURB 	<ol style="list-style-type: none"> Estruturar pontos de apoio ao transporte público e aos diferentes modais garantindo a acessibilidade e o desenho universal Priorizar o transporte ativo e demarcar áreas para intervenções de trânsito calmo; Analisar o ordenamento territorial e identificar se há necessidade de expansão do perímetro; Inserir/qualificar os subsistemas da infraestrutura urbana. 	<ol style="list-style-type: none"> Reestruturar espaços tornando-os convidativos e de encontro no tecido urbano Criar/fortalecer a organizações comunitárias no bairro; Promover eventos culturais e eventos de conscientização cidadã. 	<ol style="list-style-type: none"> Criar centros de capacitação no bairro ou no entorno próximo; Estruturar um programa comunitário para qualificação das edificações existentes, manutenção dos espaços comuns e autogestão de resíduos; Explorar o uso de fachadas ativas e fomentar o uso misto dos espaços com incentivos fiscais ao comércio; Esquematizar um mecanismo de sinalização orientativa no bairro e, se necessário, de sinalização indicativa para as edificações (endereçamento). 	<ol style="list-style-type: none"> Criar/qualificar áreas verdes e espaços comuns; Criar hortas e espaços para oficinas comunitárias; Reforçar os parâmetros urbanísticos do zoneamento previsto no Plano Diretor do município nas novas construções e otimizar o espaço construído.

COMO LER O CAPÍTULO

Fonte: elaborada pela autora, 2023.

Antes de haver a apresentação de cada eixo norteador, o tópico “Como ler o capítulo” traz um fluxograma que esclarece ao leitor como as informações serão abordadas no capítulo.

Figura 24 – Fluxo de informações



Fonte: elaborada pela autora, 2023.

REGULARIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA URBANA E SUSTENTABILIDADE

O guia, a partir desse momento, passa a destrinchar cada eixo conforme a figura 24. Para compreendê-los, basta acessar o guia completo.

Para acessar o
guia completo:



re.ocupar



guia para intervenções em
loteamentos irregulares

MEMORIAL JUSTIFICATIVO



O memorial justificativo a seguir tem como propósito apresentar e fundamentar a criação do guia de planejamento urbano proposto, intitulado "Re.Ocupar: guia para intervenções em loteamentos irregulares." Este guia emergiu da necessidade de abordar e solucionar desafios significativos no contexto do desenvolvimento urbano.

Neste memorial, serão detalhados os objetivos, métodos e resultados do guia "Re.Ocupar," além de destacar sua relevância na busca por cidades mais inclusivas. Espera-se que este guia se torne uma ferramenta para aqueles envolvidos na gestão urbana e que contribua para transformar as cidades em lugares mais justos e habitáveis para todos os seus residentes.

O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A urbanização traz consigo uma série de desafios complexos para as cidades. É importante reconhecer que fatores socioeconômicos e políticos desempenham um papel significativo na determinação da ocupação e utilização do espaço urbano, podendo, por vezes, restringir e segregar a vida humana na sociedade.

Com uma vivência pessoal na ocupação Alto da Boa Vista, Aparecida de Goiânia, Goiás, o recorte temático do planejamento urbano se fez pertinente no que diz respeito à compreensão dos mecanismos e processos sociais, urbanos e políticos responsáveis pela consolidação de assentamentos precários como esse bairro. Esse interesse toca temáticas da antropologia e da infraestrutura urbanas, e foi responsável por desencadear estudos também nas disciplinas de Ensaio Crítico e Estudo de Caso, respectivamente.

Figura 25 – Fluxo de informações



Fonte: Gustavo Burns (foto) e mapas elaborados pela autora, 2023

Este Trabalho de Conclusão de Curso, inicialmente, objetivou a elaboração de um plano de bairro para o Alto da Boa Vista, com propostas que qualificassem o espaço existente. Ao longo do desenvolvimento do trabalho, percebeu-se a possibilidade de se trabalhar com outro instrumento de planejamento urbano, o guia urbano. A proposta, então, consolidou-se em criar um guia que fosse capaz de nortear gestores públicos e profissionais da área do planejamento e projeto urbanos a intervirem em assentamentos (tipologia: loteamentos irregulares) como o Alto da Boa Vista.

Etapas do trabalho:

1. REFLEXÕES URBANAS:

Manifestações de Preconceito e Segregação Urbana;

2. ESTUDOS DE CASO:

Identificação de Estratégias para Garantir o Direito à Moradia e à Cidade;

3. O GUIA URBANO:

Eixos norteadores, diretrizes e ações de intervenção.

1. REFLEXÕES URBANAS

No contexto de precariedades nas cidades contemporâneas, o trabalho aborda a segregação urbana e infraestrutura em assentamentos irregulares e de risco, e também aspectos relacionados à escala humana nas cidades.



Roberto
Lobato Correa

Espaço urbano
(significado, origem e forma)



Raquel
Rolnik

Segregação e a luta
pelo espaço urbano



Jan
Gehl

Sustentabilidade e a
escala humana

2. ESTUDOS DE CASO

Foram realizados estudos de caso que abordam temas planejamento urbano, urbanismo e gestão de áreas urbanas precárias. O livro “Guia Para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários” e Território de Direitos: um guia para construir um Plano de Bairro com base na experiência do Jardim Lapena” são outras fundamentais referências para o trabalho em aspectos metodológicos e estruturais do guia.



Corredor
Verde de Cali

Sustentabilidade
ambiental e social

Cali, Valle del Cauca, Colômbia



Bairro da Gente

Metodologia e
abordagem social para
Plano de Bairro

Limeira, SP, Brasil



Renova SP

Programa de Urbanização de
Favelas/Recuperação Urbana

São Paulo, SP, Brasil

3. O GUIA URBANO:

O guia "Re.Ocupar" é uma resposta à complexa interconexão de desafios sociais, econômicos e ambientais que as cidades enfrentam atualmente. Seu desenvolvimento foi pautado pela compreensão de que a urbanização desordenada e a segregação socioespacial resultam em disparidades significativas na qualidade de vida, acessibilidade a oportunidades e inclusão social. Portanto, a criação deste guia foi motivada por um imperativo ético e prático: melhorar o cenário da precariedade em assentamentos.

Para garantir a legibilidade e compreensão do conteúdo a ser apresentado, no processo de construção, foram estudados layouts para melhor formatação do guia "re.ocupar". Idealizado para tamanho A5, o guia encontra-se em formato digital com acesso por link ou QRCode.

- 01 **Introdução:**
Guia urbano; Como utilizar o guia; Recorte temático.
- 02 **Ensinar:**
Planejamento urbano; Agentes Urbanos; Cidadania; Direitos e deveres; Instituições públicas.
- 03 **Identificar:**
Estudo do lugar de intervenção; Verificação e caracterização; Diagnóstico; Categorização.
- 04 **Transformar:**
Eixos norteadores de mudanças; Diretrizes e objetivos; Ações de intervenção.



Em suma, a principal abordagem deste guia é oferecer um conjunto de diretrizes e estratégias que possam ser aplicadas de forma eficaz no desafio de se intervir em assentamentos precários da tipologia loteamento irregular. A partir do estudo e da indicação de melhorias para assentamentos precários, este guia busca orientar os leitores sobre os desafios e as complexidades associadas ao processo de intervenção em loteamentos irregulares.

REFERÊNCIAS



ABARCA, A. L. F.; MORAES, LÚCIA MARIA. Segregação urbana na América latina e suas dinâmicas: uma perspectiva histórica da paisagem urbana. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n9-402>, v. 6, p. 69387-69400, 2020

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2021.

CALDEIRA, T. P. R.. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. 1. ed. São Paulo: Editora 34 e Edusp, 2000. v. 1. 399p.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1995.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo, Perspectiva, 2013.

GLOBAL DESIGNING CITIES INITIATIVE, NATIONAL ASSOCIATION OF CITY TRANSPORTATION OFFICIALS. Guia global de desenho de ruas. Tradução de Daniela Tiemi Nishimi de Oliveira. – São Paulo : Editora Senac São Paulo, 2018.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Mapeamento_Ass_Precarios.pdf. Acesso em: 22 de mai. 2023.

RENOVA SP - A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA RENOVA SP A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/orgaos_colegiados/Fundurb/SEHAB_RENOVA.pdf>.

ROLNIK, Raquel. O que é a cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 203).

SOUZA, Marcelo José Lopes; RODRIGUES, Glauco Bruce. Planejamento urbano e ativismos sociais. Unesp, 2004.

OPUS. Corredor Verde de Cali. Disponível em: <https://www.opusestudio.com/tercorredor-verde-cali>. Acesso em: 12 de abr. 2023.

WELLE, Ben; LIU, Qingnan; LI, Wei; ADRIAZOLA-STEIL, Claudia; KING, Robin; SARMIENTO, Claudio; OBELHEIRO, Marta. O Desenho de Cidades Seguras. Porto Alegre, SC: WRI Brasil, 2016.



re.
ocu
par

guia para intervenções
em loteamentos irregulares

RESOLUÇÃO nº 038/2020 – CEPE

ANEXO I

APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante **Bruna do Carmo Perotto**
do Curso de **Arquitetura e Urbanismo**, matrícula **20191001600078**,
telefone: **(62) 991016063** e-mail **bcperotto@gmail.com**,
na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei
dos Direitos do Autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a
disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado
re.ocupar - guia para intervenções em loteamentos irregulares
_____, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos,
conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de
computadores, no formato especificado (Texto(PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som
(WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da
área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção
científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 07 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente

gov.br

BRUNA DO CARMO PEROTTO
Data: 07/12/2023 14:57:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do autor: _____

Nome completo do autor: **Bruna do Carmo Perotto**

Documento assinado digitalmente

gov.br

CAMILLA POMPEO DE CAMARGO E SILVA
Data: 07/12/2023 15:11:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do professor-orientador: _____

Nome completo do professor-orientador: **Camilla Pompeo de Camargo e Silva**